ISSN: 2358-8829

COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NA AMAZÔNIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO INFLUENCIADORAS DAS COMUNIDADES

Rafael Vicente Santos de Oliveira [1]
Ildenê Freitas da Silva Mota [2]
Ana Roberta Pinheiro Moura [3]
Viviane Almeida dos Santos [4]

INTRODUÇÃO

Com a crescente popularização do uso de tecnologias digitais nos processos comunicacionais, a sociedade vivencia o que se convencionou chamar de era da informação. Desde o surgimento da internet, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm atravessando o funcionamento de diversas instituições globais. No cenário sociopolítico, as atuais plataformas digitais ganham relevância pela sua capacidade de evidenciar vozes populares, identidades e interesses coletivos nos processos de transformação sistêmica. Sendo assim, ser impossibilitado de pôr em prática a apropriação dessas ferramentas lesa gravemente a participação cidadã no contexto social amplo.

Considerando que a difusão dessas tecnologias é efetuada seguindo um desenho econômico e político, o desenvolvimento informacional tende a ocorrer em regiões urbanizadas. Essa dinâmica agrava as assimetrias históricas legadas pela colonização, de modo que o território amazônico e seus povos tradicionais são atravessados por situações de desigualdade e práticas severas de exclusão digital. Tal fenômeno reflete carências que vão muito além da falta de acesso à infraestrutura, consolidando um abismo tecnológico que marginaliza essas populações.

[1] Graduando do Curso de Engenharia de Computação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Integrante do Projeto Influenciadoras das Comunidades (PIBIC/UFPA), rafaelvicenteso@gmail.com;
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará - UFPA, Articuladora do Projeto Influenciadoras das Comunidades (PIBIC/UFPA), ildenemota@ufpa.br;
[3] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Colaboradora do Projeto Influenciadoras das Comunidades (PIBIC/UFPA), anaroberta@ufpa.br;
[4] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciência da Computação da Universidade de São Paulo - USP, Orientadora do Projeto Influenciadoras das Comunidades (PIBIC/UFPA), vsantos@ufpa.br.

ISSN: 2358-8829

A perspectiva freireana da educação popular (FREIRE, 1987) defende que a conscientização do indivíduo sobre a posição que ocupa e a situação que vive, seguida pela recriação do seu potencial de mudança, possibilita transformações reais no cenário ao seu redor. Sustentando-se nessa premissa, compreende-se que uma pessoa atingida pela infoexclusão pode, através de abordagens pedagógicas educomunicativas, dar início a uma jornada de emancipação coletiva e letramento crítico.

Nessas circunstâncias, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência e analisar as narrativas e dados coletados por meio de questionários e atividades de escuta ativa sobre as dificuldades... de comunicação e acesso tecnológico na Amazônia. A vivência ocorreu a partir do projeto de extensão universitária "Influenciadoras das Comunidades", que busca utilizar o potencial comunicacional das TICs como um canal de viabilização para as vozes insurgentes de lideranças indígenas e quilombolas.

O percurso metodológico baseou-se em uma pesquisa-ação crítica, estruturada em dois momentos empíricos: atividades de escuta durante a COP30 em Belém do Pará, entre 11 e 14 de novembro de 2025; e uma imersão na comunidade quilombola de São Bernardo, localizada entre os municípios de Tucuruí e Baião-PA, nos dias 28 e 29 de novembro do mesmo ano.

Os relatos colhidos evidenciaram que os obstáculos comunicacionais assumem diversas formas. Em territórios indígenas, a exemplo dos povos Kayapó, Guajajara e Yanomami, a escassez ou inexistência de internet mantém a radiofonia como recurso principal para emergências; nas comunidades quilombolas, embora exista algum acesso, persistem barreiras de alto custo e instabilidade de conexão. Além disso, a ausência de letramento digital dificulta a compreensão de plataformas institucionais, frequentemente inacessíveis devido à linguagem técnica.

Por fim, a experiência indica que a exclusão digital amazônida constitui um problema multidimensional que impacta diretamente a garantia de direitos sociais. Constata-se a necessidade emergencial de políticas públicas que ultrapassem a mera distribuição de equipamentos e promovam uma apropriação tecnológica alinhada à realidade dessas comunidades.

METODOLOGIA

ISSN: 2358-8829

Para compreender a exclusão digital a partir de quem de fato a vivencia, o percurso metodológico deste trabalho estruturou-se sob a abordagem da pesquisa-ação crítica. Como este relato nasce das vivências do projeto de extensão universitária "Influenciadoras das Comunidades", não caberia adotar uma postura de distanciamento estritamente observatório. O objetivo foi intervir, dialogar e refletir junto com os sujeitos sociais, utilizando abordagens qualitativas para a captação da realidade.

Os instrumentos de coleta de dados mesclaram a aplicação de questionários com a técnica de escuta ativa. Essa união metodológica permitiu, de um lado, o levantamento de dados objetivos sobre o acesso local à infraestrutura de comunicação e, do outro, o registro qualitativo das narrativas e vivências orgânicas das comunidades a respeito de suas rotinas tecnológicas.

O trabalho de campo e a coleta desses relatos foram divididos em duas imersões empíricas durante o mês de novembro de 2025. A primeira etapa ocorreu em Belém do Pará, entre os dias 11 e 14, aproveitando o espaço de convergência sociopolítica da COP30. Nesse cenário, o diálogo foi estabelecido diretamente com lideranças indígenas — incluindo representantes dos povos Kayapó, Guajajara e Yanomami — e quilombolas das comunidades Jamari e Rio Trombetas presentes no evento.

A segunda etapa caracterizou-se por uma incursão local, realizada nos dias 28 e 29 de novembro na comunidade quilombola de São Bernardo, situada no território entre os municípios de Tucuruí e Baião, no estado do Pará. Essa imersão permitiu confrontar os relatos das lideranças com a realidade vivenciada no cotidiano de uma comunidade tradicional.

Por fim, cabe ressaltar os aspectos éticos que guiaram a pesquisa. A coleta das narrativas, bem como o uso de informações e relatos provenientes das escutas, ocorreu mediante consentimento prévio dos sujeitos envolvidos nas rodas de conversa. A abordagem respeitou a autonomia das comunidades vulnerabilizadas e resguardou a ética no trato das informações, não havendo exposição de imagens ou identidades individuais sem a devida concordância, em consonância com as diretrizes de pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

A compreensão da cidadania na era digital exige, primeiramente, um olhar crítico sobre como a própria ideia de sociedade foi moldada. Conforme aponta Di Felice (2023), a concepção ocidental de cidadania carrega uma herança fortemente antropomórfica e urbana, historicamente restrita aos moradores da pólis, os centros urbanos. Com a plataformização das relações sociais e a migração de debates políticos para ecologias virtuais, essa mesma visão elitizada acabou sendo transferida para o ambiente digital, perpetuando uma lógica que ignora quem está fora dos grandes polos de desenvolvimento.

No território amazônico, essa herança se manifesta por meio de um abismo tecnológico que não pode ser resumido à simples ausência de cabos e antenas. Trata-se de uma infoexclusão estrutural, onde desafios socioeconômicos isolam populações tradicionais de espaços virtuais de tomada de decisão. Como recorda Mattos (2003), o desenvolvimento tecnológico inserido na lógica capitalista possui um alto potencial polarizador, concentrando o acesso a inovações tecnológicas nas mãos de grupos com maior poder aquisitivo. Diante disso, inserir artefatos digitais em comunidades amazônidas sem políticas estruturantes não apenas falha em solucionar assimetrias históricas, como pode ampliar a vulnerabilidade dessas populações à desinformação.

Para que a inclusão digital seja um meio de justiça social, e não apenas um fim mercadológico, faz-se necessário romper barreiras epistêmicas. É nesse gargalo que a educomunicação, sistematizada academicamente por Soares (2011), apresenta-se como uma abordagem central. Em oposição direta à "educação bancária" — que, na visão freireana, estimula a passividade do oprimido diante do mundo —, o trabalho educomunicativo propõe uma relação dialógica e horizontal. O intuito é garantir que a inserção de tecnologias obedeça ao *modus vivendi* das comunidades, permitindo que os próprios sujeitos transformem saberes ancestrais e periféricos em ferramentas de resistência coletiva.

Por fim, esse processo emancipatório demanda o desenvolvimento do letramento crítico e da literacia digital. Freitas et al. (2021) defendem que a literacia digital compreende as habilidades necessárias para ocupar, de maneira crítica e segura, os atuais ambientes virtuais. Sendo assim, a privação desse letramento lesa o potencial comunicativo do indivíduo, impedindo a emancipação e perpetuando a exclusão. Apropriar-se da tecnologia nas comunidades tradicionais significa, portanto, formar cidadãos capazes de combater as diversas formas de desinformação e de recuperar, com autonomia, os espaços de protagonismo de que foram secularmente privados.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a multidimensionalidade da exclusão digital nos territórios amazônicos, as narrativas coletadas durante as escutas ativas e aplicações de questionários foram sistematizadas em categorias analíticas. O Quadro 1 esquematiza os principais achados empíricos, separando as realidades vivenciadas pelos diferentes grupos ouvidos durante a pesquisa.

Quadro 1 - Sistematização dos achados empíricos a partir das escutas ativas.

Grupo Social / Território	Categoria de Infraestrutura e Acesso	Categoria de Letramento e Usabilidade
Lideranças Indígenas (Kayapó, Guajajara e Yanomami)	Ausência quase total de conectividade via internet. Dependência severa da radiofonia para comunicação básica e monitoramento de emergências.	Exclusão do ecossistema digital. Dificuldade de inserir pautas e denúncias do território nas redes globais em tempo real.
Lideranças Quilombolas (Jamari e Rio Trombetas)	Acesso existente, porém marcado por instabilidade crônica e alto custo financeiro para manutenção de pacotes de dados.	Uso restrito a aplicativos de mensagens instantâneas. Barreiras de compreensão perante plataformas institucionais.
Comunidade Quilombola (São Bernardo - Baião/PA)	Infraestrutura precária. A comunicação digital sofre apagões constantes, isolando a comunidade das dinâmicas urbanas próximas.	Baixo letramento digital crítico. A linguagem técnica de sites de serviços e direitos sociais atua como um muro de exclusão.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base nos dados do projeto de extensão.

A partir da esquematização dos dados, torna-se evidente que as dificuldades de acesso à comunicação não se restringem unicamente à ausência de infraestrutura física, mas desdobram-se em fatores de custo, qualidade e literacia.

Nos diálogos com os povos Kayapó, Guajajara e Yanomami durante a COP30, ficou nítido o tamanho do isolamento imposto a essas populações. A dependência da radiofonia

ISSN: 2358-8829

para relatar emergências no território comprova a tese de Mattos (2003) de que a revolução tecnológica e a era da informação possuem um caráter polarizador, chegando primeiro aos centros detentores de capital e ignorando as margens. Enquanto os centros urbanos debatem inteligência artificial, essas comunidades lutam pelo direito básico de emitir um sinal de alerta.

Por outro lado, os relatos das lideranças dos quilombos Jamari e Rio Trombetas, somados à vivência local no quilombo de São Bernardo, revelam uma segunda camada de infoexclusão. Nessas comunidades, o acesso a aplicativos de comunicação até existe, mas é inviabilizado financeiramente e tecnicamente pela péssima qualidade do serviço. É a materialização do abismo digital descrito por Di Felice (2023): a infraestrutura até chega de forma precária, mas o sujeito continua não exercendo sua cidadania digital plena porque as plataformas não foram desenhadas para a sua realidade periférica.

O achado empírico mais preocupante, contudo, reside na categoria do letramento. As escutas apontaram uma dificuldade crônica na compreensão de documentos e plataformas institucionais. A linguagem técnica e inacessível desses ambientes virtuais impede que os moradores acessem direitos sociais básicos. É aqui que a teoria freireana ganha contornos de urgência: sem uma intervenção baseada na educomunicação que traduza e adapte esse conhecimento tecnológico para a realidade local (justiça cognitiva), o ambiente digital continuará sendo um espaço de opressão e não de libertação.

Os resultados confirmam que a superação desse cenário exige mais do que a instalação de antenas. Requer o desenvolvimento de literacia digital crítica (FREITAS et al., 2021) para que as juventudes e lideranças tradicionais transformem o uso superficial do celular em uma verdadeira apropriação tecnológica, capaz de ecoar a resistência amazônida de forma autônoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência construída a partir da aplicação de questionários e escutas ativas na COP30 e na comunidade quilombola de São Bernardo evidenciou que a exclusão digital no território amazônico está longe de ser apenas uma questão de infraestrutura física. Trata-se de um fenômeno multidimensional sustentado por custos proibitivos, instabilidade de rede e, de forma contundente, por um profundo déficit de letramento digital crítico.

ISSN: 2358-8829

Através das vivências no projeto "Influenciadoras das Comunidades", foi possível constatar que, enquanto a expansão tecnológica seguir uma lógica estritamente mercadológica e focada nos centros urbanos, as populações indígenas e quilombolas continuarão a ter a sua participação cidadã invisibilizada. O fato de comunidades tradicionais ainda precisarem recorrer à radiofonia para emergências, ou esbarrarem na linguagem excludente das plataformas institucionais, demonstra que o ambiente virtual continua a reproduzir as assimetrias históricas da região.

Diante deste cenário, conclui-se que o caminho para a soberania informacional não se resolve com a simples distribuição de equipamentos. É urgente a formulação de políticas públicas pautadas pela educomunicação, que garantam a estas populações a oportunidade de se apropriarem das ferramentas digitais de forma crítica e autônoma.

Para a comunidade científica, o trabalho deixa o apontamento claro sobre a necessidade de novas pesquisas empíricas e projetos de extensão. É imperativo investigar e desenvolver metodologias de literacia digital que se adaptem verdadeiramente ao modus vivendi ribeirinho, indígena e quilombola. Somente ao aliarmos o acesso à justiça cognitiva será possível transformar as redes digitais num território real de resistência e emancipação na Amazônia.

Palavras-chave: Exclusão Digital; Amazônia; Educomunicação; Comunidades Tradicionais; Cidadania.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Viviane Almeida dos Santos, pela escuta atenta, pelo direcionamento seguro e por ser a bússola na condução desta pesquisa. Às minhas coorientadoras e grandes parceiras de trabalho, Ildenê Freitas da Silva Mota e Ana Roberta Pinheiro Moura, o meu muito obrigado pela colaboração incansável, pela ajuda mútua e pela construção conjunta e horizontal em cada etapa deste projeto.

Expresso a minha mais profunda gratidão à comunidade quilombola de São Bernardo, pela acolhida calorosa, e a todas as lideranças indígenas e quilombolas que gentilmente cederam o seu tempo para compartilhar as suas vivências durante as rodas de conversa. Sem a confiança e a abertura de vocês, esta reflexão não seria possível.

ISSN: 2358-8829

Por fim, reconheço que as palavras aqui escritas não encerram nenhuma discussão. Este trabalho é apenas o registro fotográfico de algo que ainda está em pleno movimento, pulsando e se transformando junto com as lutas e a resistência dos povos tradicionais da nossa Amazônia.

REFERÊNCIAS

DI FELICE, M. A cidadania digital e a complexidade amazônica. In: MAGALHÃES, M.; DI FELICE, M.; FRANCO, T. (Org.). **Cidadania digital:** a conexão de todas as coisas. São Paulo: Alameda, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, D. *et al*. Cidadania digital na era da informação: pelo fortalecimento da educação e da democracia em face ao perigo da desinformação. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 12, p. 121-144, 2021. Disponível em: https://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1048. Acesso em: 27 mar. 2026.

MATTOS, F. A. M. de. A revolução da informação e a exclusão digital. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 277-285, 2003.

SOARES, I. O. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.